



QUILOMBOS E QUILOMBOLAS EM MATO GROSSO

Maria Lúcia Rodrigues Muller¹

Angela Maria dos Santos²

Nilvaci Leite de Magalhães Moreira³

Resumo: Este artigo tem como temática discutir os territórios quilombolas em Mato Grosso e a educação nessas comunidades. São os mesmos marcados por uma diversidade de formas de ocupação territorial, visto que, atualmente, muitas dessas comunidades têm suas terras compartilhadas com outros segmentos sociais, como posseiros, grileiros, assentados, entre outros, configurando, assim, um quadro conflituoso na busca pela garantia pelo direito à terra. Existem poucos estudos históricos sobre os quilombolas em Mato Grosso, configurando uma lacuna na historiografia mato-grossense sobre essas comunidades tradicionais. Em relação à educação nas comunidades estudadas, verificou-se que a maioria não possui escolas em seus territórios, sendo necessário deslocar para outros lugares em busca da escolarização.

Palavras-chave: quilombos; territórios quilombolas; Mato Grosso; educação.

MAROONS AND MAROON PEOPLE IN MATO GROSSO

Abstract: This article discuss the issue of maroons' territories in Mato Grosso and the education in these communities. Are the same marked by a diversity of forms of territorial occupation, since, currently, many of these communities have their land shared with other social segments, such as squatters, land grabbers, settlers, among others, configuring, therefore, a conflicting picture in the search for guarantee the right to land. There are few historical studies on the Maroons in Mato Grosso, configuring a gap in Mato Grosso historiography on these traditional communities. Regarding education in the communities studied, we found that most do not have schools in their territories, being necessary to move to other places in search of schooling.

Keywords: maroon; maroons' territories; Mato Grosso; education.

MARRONNAGES ET MARRONNES DANS LE MATO GROSSO

Résumé: Cet article a comme thématique discuter les territoires marronnes dans Mato Grosso et de l'éducation dans ces communautés. Sont les mêmes marquée par une diversité des formes d'occupation du territoire, tandis que, actuellement, beaucoup de ces communautés ont leurs terres partagées avec d'autres segments sociaux, tels que les squatters, accapareurs de terres, les colons, entre autres, créant ainsi une image en conflit dans la recherche de garantir le droit à la terre. Il existe peu d'études historiques sur les marronnes en Mato Grosso, en configurant un écart dans l'historiographie de Mato Grosso sur ces communautés traditionnelles. En relation à l'éducation dans les communautés étudiées, il a été constaté que la plupart ne disposent pas des écoles sur leur territoire, soit nécessaire de passer à d'autres lieux à la recherche de la scolarité.

Mots-clés: marronnage; territoires marronnes; Mato Grosso; l'éducation.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE)/UFMT.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso.



QUILOMBOS Y QUILOMBOLAS EN MATO GROSSO

Resumen: Este artículo tiene como temática discutir los territorios quilombolas en Mato Grosso y la educación en estas comunidades. Son los mismos fijados por una diversidad de formas de ocupación territorial, visto que, actualmente mucha de estas comunidades tiene sus tierras compartidas con otros segmentos sociales, como grilleros, asentados, entre otros, configurando así, un cuadro lleno de conflicto en la búsqueda por la garantía del derecho a la tierra. Existen pocos estudios históricos sobre los quilombolas en Mato Grosso, configurando un vacío en la historiografía mato-grosense sobre estas comunidades tradicionales. En relación a la educación de las comunidades estudiadas, se verificó que la mayoría no tiene escuelas en sus territorios, así es necesario desplazar para otros lugares en búsqueda de la escolarización.

Palabras-clave: quilombos; territorios quilombolas; Mato Grosso; educación.

QUILOMBOS EM MATO GROSSO: ALGUMAS QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Dentre os espaços de resistência utilizados pelos negros/as, os quilombos constituem territórios determinantes na reelaboração culturais negras. As comunidades negras no Brasil denominadas de mocambos ou quilombos possuem diversidade de origem, ocupação e formação. Ainda que possuam origens diferentes, as mesmas têm ligações com o fator histórico do escravismo e seus impactos políticos, econômicos e sociais sobre a população negra. Em todas as partes do país, os quilombos remanescentes desses territórios ainda hoje lutam pela posse da terra. Lacert (2013, p. 2) em sua pesquisa observa que:

[...] a história do povo negro no Brasil e a história das comunidades negras rurais estão imbricadas pelos mesmos conteúdos desde o seu passado à existência presente, no que diz respeito às origens, lutas, fugas, insurgências, religiosidade e outras formas de resistências. No combate à dominação do opressor, as lutas duraram todo o período histórico escravista e continuam até os dias de hoje, apresentando novas configurações e novas estratégias de resistências [...].

Os quilombos surgiram enquanto mecanismo de enfrentamento ao sistema escravista. Enquanto espaços de resistência à escravidão e reelaboração de uma nova cultura, facilitada pela presença de negros de diversas etnias e origens, eles puderam livremente elaborar experiências baseada em princípios culturais africanos.

Gomes (2015) trata os quilombos ou mocambos como espaços de refúgio de escravos e onde as relações estabelecidas são contínuas e muitas vezes profundas entre os fugidos e outros grupos sociais. Considera também que as relações estabelecidas



entre quilombolas e cativos iam além das fronteiras, pois envolviam aspectos econômicos, culturais e sociais, constituindo, em alguns casos, redes de interesses e solidariedades que integravam o quilombo e ampliavam seu campo de possibilidades. Seguindo essa linha de pensamento, Gomes concebe os escravos como sujeitos complexos, criadores de estratégias inovadoras enquanto sutis avanços de resistência, tornando esses agentes protagonista de sua própria história.

Na obra “*Da cor do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*” Mattos (1995) destaca o sentido de liberdade para os escravos, a construção de suas identidades, as relações estabelecidas com outros grupos sociais e, principalmente, as estratégias de resistência negra desenvolvida pelos cativos.

Para a autora, as comunidades de quilombos estão se constituindo em lugar de memória, por isso o processo de escravidão não deve ser visto somente na perspectiva econômica e política, mas também na ótica social e cultural.

João José Reis (1996) em seu artigo “*Quilombos e rebelião Escrava no Brasil*”, considera que, embora a revolta e a formação de quilombos não tivessem sido as únicas formas de resistência coletiva à escravidão, elas foram as mais importantes. Para ele, a revolta se assemelha a atuações coletivas comuns na história de outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento peculiar dos escravos. Esclarece que na escravidão, mesmo com o cerceamento da liberdade, ocorriam as organizações de fugas e formação de quilombos, pois tais episódios integravam o processo de resistência.

Reis ressalta ainda que, muitas vezes, os capitães-do-mato, que tinham a tarefa de impedir as fugas ou capturar os fugitivos, eram insuficientes para dar conta das inúmeras fugas ocorridas nas fazendas. Segundo ele, essa situação ocorria constantemente em todo o território brasileiro, e que na relação de sobrevivência, escravos e índios estabeleciam alianças, resultando em fortalecimento e em troca de culturas. Essa disponibilidade para mesclar culturas, segundo o autor “era um imperativo de sobrevivência, exercício de sabedoria também refletida na habilidade demonstrada pelos quilombolas de compor alianças sociais, as quais, inevitavelmente, se traduziam em transformações e interpenetrações culturais” (Reis, 1996, p. 20).

Para o mesmo autor, os quilombos representaram uma rebeldia com múltiplos significados, uma vez que as revoltas escravas constituíram a mais direta e evidente forma de resistência coletiva, pois, quando o escravo conspirava uma rebelião, ele dificilmente contava com a possibilidade de acordo.



Mas nem toda revolta visava a destruição do regime escravocrata, ou mesmo a liberdade dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a reconquista de ganhos perdidos — ou punindo feitores particularmente cruéis. (Reis, 1996, p. 21).

Conforme salienta Carvalho (1997), até bem pouco tempo, o único quilombo referido no Brasil era o de Palmares. Mas, com o movimento pela titulação das terras tradicionais em áreas remanescentes de quilombos, muitos outros territórios começaram a ser discutidos e estudados. Hoje, segundo dados da Fundação Palmares⁴, estima-se que são mais de 2.500 comunidades quilombolas identificadas no Brasil.

O território quilombola, não pode ser entendido como mera exteriorização do direito de propriedade inserida no campo ou na cidade, mas sim uma especificidade histórica e identitária, uma vez preñe de diversidade cultural e de conhecimentos importantes para a história do negro e cultura nacional e local.

No estado de Mato Grosso vários quilombos são marcados por uma diversidade de formas de ocupação territorial, atualmente muitas dessas comunidades estão com suas terras divididas com outros grupos, como posseiros, grileiros, assentados, entre outros, configurando, assim, um quadro conflituoso na busca pela garantia pelo direito à terra.

Tentando verificar quantas são essas comunidades e em que situação se encontram, se tituladas ou não, fizemos uma busca na Internet, nos *sites* oficiais do Estado brasileiro e, posteriormente, em sites de organizações da sociedade civil.

A Fundação Palmares indica, no “Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)”, no período de 2004 à 2015, Mato Grosso tem 68 comunidades remanescentes de quilombos, com terras tituladas, sendo que a grande maioria é rural.

Quadro 1 - Mato Grosso: comunidades remanescentes de quilombos

Município de Mato Grosso	Comunidades quilombolas
Acorizal	Aldeias/ Baús
Barra do Bugres	Baixio/Morro Redondo/Vaca Morta/ Vermelhinho
Barra do Bugres/ Porto Estrela	Vãozinho

⁴ Instituição pública voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, fundada em 22 de agosto de 1988. É uma entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).



Cáceres	Chapadinha/Exú/Pita Canudos/Ponta do Morro/Santana/São Gonçalo
Chapada dos Guimarães	Aricá-Açú/Barro Preto Serra do Cambambi/Cachoeira do Bom Jardim/Cansanção/Itambé/Lagoinha de Baixo/Lagoinha de Cima
Cuiabá	Abolição/Aguassú/ Coxipó Açú/São Gerônimo
Nossa Senhora do Livramento	Barreiro/ Cabeceira do Santana/ Campina Verde/ Entrada do Bananal/ Jacaré de Cima/ Mata Cavallo/ Ribeirão da Mutuca
Novo Santo Antônio	Família Vieira Amorim
Poconé	Aranha/ Cágado/ Campina de Pedra/ Campina 2/ Canto do Agostinho/ Capão Verde/ Céu Azul/ Chafariz Urubama/ Chumbo/ Coitinho/ Curralinho/ Imbé/ Jejum/ Laranjal/ Minadouro 2/ Monjolo/ Morrinhos/ Morro Cortado/ Pantanalzinho/ Passagem de Carro/ Pedra Viva/ Retiro/ Rodeio/ São Benedito/ São Gonçalo/ Sete Porcos/ Tanque do Padre Pinhal/ Varal
Porto Estrela	Bocaina
Santo Antônio de Leverger	Sesmaria
Várzea Grande	Capão do Negro Cristo Rei
Vila Bela da Santíssima Trindade	Bela Cor/ Boqueirão/ Vale do Rio Alegre/ Vale do Rio Guaporé – Porto Bananal/ Capão do Negro/ Manga/ Vale do Alegre

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados obtidos pela Fundação Cultural Palmares 2004-2015. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br>>.

A emissão da Certidão de Autodefinição das comunidades quilombolas tem por base legal a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto Presidencial nº 4887/2003.

A referida Portaria destaca em seu artigo 2º:

Art. 2º Para fins desta Portaria consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida. (FCP - Portaria 98/2007).

Adicionado à citada Portaria, pode-se incluir o Decreto Presidencial nº 4.887/2003, que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento,



delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, já tratado no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Estabelece o mesmo que:

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

O relatório técnico parcial do IBGE (2007)⁵, apesar do título, não contemplar dados sobre a localização de comunidades remanescentes de quilombos no território nacional, apresenta o quantitativo das populações pretas e pardas nas diferentes regiões geográficas brasileiras, conforme dados do Censo 2000.

Também publicado no ano de 2007 é o Relatório do GT População Quilombola, Conselho Nacional de Assistência Social – do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

[...] O reconhecimento de comunidades quilombolas é um processo ainda inconcluso. No governo federal diversas instituições vem realizando levantamentos e mantendo arquivos sobre essa comunidade. A Fundação Palmares, responsável por emitir certificado reconhecendo a autodefinição de comunidade como remanescente de quilombo, registra oficialmente 743 comunidades. O Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, a quem cabe a responsabilidade pela identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, já identifica 1.300 comunidades. Segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SERPIR, existem cerca de 2.450 comunidades quilombolas identificadas, estimando-se em 2 milhões a população quilombola no país. (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/arquivos/relatorio-gt-populacao-quilombola.pdf/view>. Acesso em 29/11/2015).

⁵ Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos – relatório técnico preliminar (2007) Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/col-pub-pesquisas>



Mais adiante, esse mesmo relatório do GT População Quilombola (p. 22) fez referência à dificuldade de se relacionar as comunidades de remanescentes de quilombos no país. “Há um amplo reconhecimento das dificuldades em mapear as comunidades a serem assistidas. Tanto os dados como os diagnósticos sobre comunidades remanescentes de quilombos ainda são precários” (Idem, p. 22).

No *site* do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encontramos um quadro geral de todas as unidades da federação, segundo o andamento dos processos de regularização da situação fundiária das comunidades quilombolas, já tituladas pela Fundação Palmares. Nele, estão referenciadas apenas três comunidades quilombolas mato-grossenses, em processo de regularização: Mata Cavalo, Lagoinha de Baixo e Campina de Pedra. Nenhuma delas obteve, até o momento, sua regulamentação fundiária, com a demarcação do território e a desinstituição de ocupantes não quilombolas. Esse último passo implica que “As áreas em posse de particulares serão desapropriadas e aquelas em posse de entes públicos serão tituladas pelas respectivas instituições” (INCRA, s/d). Infelizmente, nem a página do INCRA, nem o quadro geral indicam a data de publicação.

Em tabela constante do anexo da Portaria nº 90, do Ministério da Saúde, datada de 17 de janeiro de 2008⁶ e que relaciona os municípios brasileiros onde assentamentos e comunidades remanescentes de quilombos, Mato Grosso aparece com os seguintes municípios com os respectivos quantitativos de assentados e de quilombolas, como pode ser visto a seguir. Citamos a portaria e colocamos o quadro, anexo à portaria e Referente aos Municípios de Mato Grosso, para ilustrar quão poucas informações existem sobre as comunidades remanescentes de quilombos em Mato Grosso. São elencados 7 municípios, entretanto, em quatro deles não são registrados quilombolas. Ademais, não aparecem o nome dos assentamentos ou sua localização dentro do município. O mesmo se repete quanto às informações sobre as comunidades quilombolas. Embora não seja objetivo desse artigo discutir as políticas públicas destinadas às comunidades, sejam assentados ou quilombolas, chama a atenção a precária informação que o Estado brasileiro detém sobre de cidadãos em situação tão vulnerável.

⁶ Atualiza o quantitativo populacional de residentes em assentamentos da reforma agrária e de remanescentes de quilombos, por município, para cálculo do teto de Equipes Saúde da Família e de Equipes de Saúde Bucal da estratégia Saúde da Família. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos/portaria-no-90-de-17-de-janeiro-de-2008>. Acesso em 07/12/2015.



Quadro 2. Municípios de Mato Grosso onde existem assentados e quilombolas em 2008

Municípios	Quantidade de assentados	Quantidade de quilombolas	Número de equipes
Barra do Garças	153	0	1
Cáceres	7.678	197	3
Cuiabá	2.200	181	1
Primavera do Leste	119	0	1
Rondonópolis	2.989	0	1
Tangará da Serra	4.158	0	2
Várzea Grande	1.109	01	1

Fonte: Quadro nacional anexo à Portaria 90/2008 do Ministério da Saúde. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0090_17_01_2008.html

O *site* do Ministério Público Federal noticiou, em 21/11/2013, que nenhum território quilombola está regularizado em Mato Grosso:

Atualmente, 68 processos estão em trâmite na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso para regularização do território de comunidades que já foram certificadas pela Fundação Palmares como remanescentes de escravos. Dos 68 processos pendentes no Incra de Mato Grosso, 50 deles não têm nem previsão, de acordo com o próprio órgão, para o início dos trabalhos de identificação e delimitação do território. Em outros seis processos, o Incra informou a previsão do início dos trabalhos, mas ainda não comprovou. Para outras oito comunidades, estão sendo realizadas, a passos lentos, as fases de identificação e delimitação, iniciadas entre 2005 e 2007. Apenas três comunidades quilombolas já tiveram a etapa de identificação concluídas⁷.

Existem poucos estudos históricos sobre os quilombos em Mato Grosso. Pelo que foi possível perceber, existe uma lacuna na historiografia mato-grossense sobre essas comunidades tradicionais. Em levantamento realizado no banco de teses e dissertações do Portal da CAPES⁸, na busca de estudos que tratam sobre quilombos, comunidades quilombolas ou comunidades negras do Brasil, encontramos 120 dissertações de mestrado e 31 teses de doutorado, originadas em diversas áreas de conhecimento. No entanto, sobre as comunidades quilombolas de Mato Grosso encontramos apenas quatro dissertação de mestrado e quatro teses. Dentre esses

⁷ Disponível em:

http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/inercia-nenhum-territorio-quilombola-esta-regularizado-em-mato-grosso>. Acesso em 05/12/2015.

⁸ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>



trabalhos destaca-se a pesquisa de Antônio Eustáquio de Moura (2009), Rosana Manfrinate Martendal (2011) e Cristóvão Domingos Almeida (2012).

Moura (2009), em sua pesquisa sobre *Quilombo Mata Cavallo, a fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso*, buscou estudar sobre o processo de territorialização e etnogênese que levou à formação da identidade de remanescente de quilombo entre as famílias descendentes de antigos moradores em Mata Cavallo.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Histórias femininas: poder, resistência e educação no Quilombo de Mata Cavallo*, Martendal (2011) estudou o processo de educação implementado por um grupo de mulheres do quilombo de Mata Cavallo, buscando interpretar, à luz da educação ambiental, a importância do reconhecimento da própria identidade e do território como uma forma de aprender, saber, lutar politicamente com táticas adequadas e coerentes à causa.

Almeida (2012) realizou, a partir de um estudo etnográfico, a pesquisa intitulada *Comunicação e cultura: práticas cotidianas e construção de cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra município de Poconé-MT*, buscando identificar a articulação e mediação dos meios de comunicação nas práticas cotidianas dos remanescentes de quilombos a partir de uma análise minuciosa que buscou explicitar como esses meios auxiliam na construção da cidadania junto às manifestações da cultura local dos quilombolas.

O Guia de Políticas Públicas para comunidades quilombolas⁹, publicado em 2013, evidenciou a situação socioeconômica em que se encontravam as comunidades quilombolas brasileiras. Os dados extraídos das informações disponíveis sobre famílias quilombolas cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais, em janeiro de 2013, apontaram que 74,73% dessas famílias estão em situação de extrema pobreza, 24,81% não sabem ler e 82,2% desenvolvem atividades como agricultura, extrativismo ou pesca artesanal.

Em Mato Grosso, a situação se repete. Em relatório realizado preliminarmente sobre os quilombos existentes no território mato-grossense, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, através da Coordenadoria de Agroextrativismo - CEX, no

⁹ Disponível em <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>



PRODOC¹⁰/PNUD – resultado 01 do Projeto nº BRA/99/025, apontou que, das 68 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, em Mato Grosso nenhuma recebeu o título definitivo de suas terras, o que vem inviabilizando acesso as políticas públicas, principalmente nos setores de Educação e Saúde.

Percebe-se que, em relação aos estudos sobre as relações raciais e educação, história e cultura, nesses quilombos são poucas as produções, evidenciado necessidade de maiores investigações sobre essas populações. O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - NEPRE vem desenvolvendo pesquisas que busca a história e as organizações culturais dessas comunidades tradicionais, destacando como pioneira nesse estudo a Dissertação de mestrado de Maria dos Anjos Lina dos Santos intitulada “*Memória e Educação na comunidade quilombola de Mata Cavaló*”, defendida no ano de 2007 e que teve como objetivo entender a construção do processo histórico do grupo, bem como o seu mecanismo de transmissão e manutenção das suas raízes culturais.

Pelo NEPRE, ainda estão em andamento pesquisas nas seguintes comunidades: Baixio, Morro Redondo, Camarinha, Retiro e Vaca Morta (Barra do Bugres); Morrinhos, Tanque do Padre (Poconé), Ribeirão Mutuca e Mata Cavaló de Cima (Nossa Senhora do Livramento), Exú (Cáceres) e Boqueirão (Vila Bela da Santíssima Trindade).

As pesquisas de doutoramento têm a característica a busca e recuperação histórica das comunidades quilombolas da fronteira sudoeste e centro-sul mato-grossense, através da memória de seus moradores, além do tratamento das fontes documentais capazes de fornecer informações sobre organização social e as vivências culturais negras manifestas nos quilombos. O pouco registro sobre essas comunidades marcam os desafios dos estudos que articulam a história e a realidade educacional nesses espaços:

Quadro 3. Comunidades quilombolas de MT em andamento¹¹

¹⁰ O Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu o Projeto BRA/99/025 que possibilitou a implementação de um modelo de apoio a projetos voltados ao desenvolvimento do Agroextrativismo na Amazônia, a formalização de instâncias participativas e representativas que discutem e negociam políticas públicas para o Agroextrativismo, a institucionalização dentro do MMA de uma política de apoio ao Agroextrativismo e Povos e Comunidades Tradicionais.

¹¹ Comunidades quilombolas em estudo pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação-NEPRE/UFMT.



Comunidade Quilombola	Município/ Região de MT	Nº de famílias	Possui escola	Certificação de Reconhecimento
Exú	Cáceres/ região Sudoeste	02	Não	Sim, certificado pela FCP, sem titulação definitiva da terra.
Boqueirão	Vila Bela da Santíssima Trindade/ região Sudoeste	350	Não	Sim, certificado pela FCP, sem titulação definitiva da terra.
Ribeirão Mutuca	Nossa Senhora do Livramento	120	Não	Sim, certificado pela FCP, sem titulação definitiva da terra.
Mata Cavalo de Cima	Nossa Senhora do Livramento	62	Não	Sim, certificado pela FCP, sem titulação definitiva da terra.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras, conforme dados obtidos pelo Relatório PRODOC/PNUD – resultado 01 do Projeto nº BRA/99/025.

Dos estudos de doutoramento em andamento referentes aos quilombos em Mato Grosso, acima citados, buscamos pesquisar essas comunidades a partir da memória dos quilombolas, que irá trazer indicadores importantes para auxiliar a compreensão da trajetória do negro no Estado, além de garantir o direito à memória desse importante grupo social para a formação populacional e cultural de Mato Grosso. Pesquisar sobre essas questões constitui um desafio enorme, considerando que existem poucos registros a respeito das comunidades quilombolas.

As informações iniciais sobre a Comunidade Exú, por exemplo, possui título de reconhecimento Quilombola emitido pela Fundação Cultural Palmares, desde 2005. Sabe-se que ocorreu um êxodo da maioria das famílias em direção à cidade, diminuindo drasticamente a presença dos remanescentes quilombolas na localidade. A comunidade está inserida dentro de uma área rica em recursos naturais, cercada de nascentes e córregos, porém a população tem dificuldade de acesso às políticas públicas universais e específicas destinadas às comunidades quilombolas.

No que refere à educação, o quilombo não possui escola, o que faz com que crianças e adolescentes se desloquem para estudar no distrito de Vila Aparecida, a 40 Km, ou para o município de Cáceres, a 80 Km. A mesma, está situada próximo a BR-MT 343, na estrada vicinal que ligam o município de Cáceres ao de Barra do Bugres.

O quilombo Boqueirão dista 25 km da área urbana de Vila Bela, constituindo uma antiga comunidade ocupada por grupos familiares de negros, cujas terras não foram



tituladas e se encontram cercadas por fazendas de gado. Situa-se às margens do Rio Alegre, na gleba Porto Bananal, composta por 40 famílias. A maioria dos quilombolas possui moradias, tanto nos no campo como na cidade, para onde se deslocam cotidianamente para atividades diversas, como acesso à escolarização.

A comunidade quilombola do Ribeirão do Mutuca está situado no município Nossa Senhora do Livramento, às margem da rodovia MT 060. É composta de 120 famílias, e foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2005. De acordo com o Relatório (PNUD, 2006), as famílias, em sua maioria, vivem em situações precárias, submetidas às péssimas condições das estradas e a falta de saneamento básico. Dedicam-se à agricultura de subsistência e têm como organização comunitária a Associação de Pequenos Produtores Mutuca. Não existe escola na comunidade, mas tem ao seu alcance uma escola estadual localizada na proximidade do Quilombo Mata Cavalo de Baixo, que atende os ensinos fundamental e médio.

O quilombo Mata-Cavalo de Cima está situado no município de Nossa Senhora do Livramento, integrando o complexo Mata Cavalo/Boa Vida, formado por seis núcleos comunitários. A comunidade é composta de 120 famílias, sendo que a maioria delas vivencia um estado de extrema pobreza, uma vez que as casas ainda são de paredes de barro ou de madeiras, cobertas com palhas, não existindo saneamento básico, água tratada e iluminação elétrica. Vivem sob constante ameaça de expulsão de suas terras por fazendeiros, que, muitas vezes, os impede de construir roças, por isso produzem apenas o suficiente para a subsistência.

E se tratando da educação, há um impacto no processo de escolarização das crianças e jovens pela ausência da oferta da segunda etapa do ensino fundamental e também do ensino médio, o que resulta no êxodo dos mais jovens em busca de continuidade dos estudos em escolas nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande.

No que refere aos conhecimentos sobre esses quilombos, existe uma carência de pesquisas sobre quilombos em Mato Grosso. O silenciamento e esquecimento a respeito da história e da memória dos grupos tradicionais, como os quilombolas, se deve a diferentes formas de marginalização dessa população e desvalorização das mesmas.

OS QUILOMBOS DO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

Silva (2014, p. 43), em seus estudos sobre a fronteira sudoeste mato-grossense, admite que os quilombos constituem:



[...] um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais, que vivenciaram tempos e ritmos diferentes, resultando esses processos em espacialidades [...] entendidas como apropriações do espaço pelas práticas sociais de diferentes grupos para atender necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação. A espacialidade é, portanto, produto social no qual os sujeitos envolvidos em uma teia de relações criaram lugares, territórios e regiões, ambientes e *habitats*.

Em relação à população quilombola na região sudoeste de Mato Grosso, podem ser localizadas, basicamente, em duas cidades (Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres), distribuída em nove comunidades. Na cidade de Cáceres estão os quilombos Ponta do Morro, Exú, São Gonçalo, Chapadinha, Sant'Ana e Pita Canudo, sendo que em Vila Bela da Santíssima Trindade se concentra um complexo de quilombos organizados nas comunidades de Manga, Boqueirão e Bela Cor.

Segundo o Relatório do Preliminar do Meio Ambiente (2006), as comunidades inseridas no território de Cáceres sofrem com o esvaziamento produzido pela migração de pessoas em busca de melhoria social. Em geral, os que permanecem nessas comunidades, em sua maioria, são as crianças e os mais velhos. A população jovem e adulta em idade produtiva costumam se deslocar para as cidades próximas, em busca de trabalho remunerado e acesso aos serviços públicos, como saúde e educação.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi o palco da organização quilombola mais famosa, o quilombo do Piolho ou Quariterê, assumido por Tereza de Benguela, no séc. XVIII, após a morte de seu marido, José Piolho.

Esse Quilombo situava-se às margens do Rio Guaporé-Vila Bela, próximo à fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, na época, território espanhol conquistado pelos portugueses. O referido quilombo foi um dos mais importantes na história de Mato Grosso, visto que, além de grande número de aquilombados, possuía uma organização diferente dos demais do país, em forma de reinado. Por ocasião da sua primeira destruição, era ele governado pela então, Rainha Teresa de Benguela (Bandeira 1988 *apud* Machado, 2006).

Segundo Machado (2006, p. 8) o quilombo do Quariterê ou Piolho,

Antes de ser abatido pelas forças de Luiz Pinto de Souza Coutinho em 1770, o quilombo do Piolho, conhecido também como quilombo do Quariterê (ou Quariterê, tendo por referência um outro nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores matogrossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pela sua população mas também pela organização social e fartura das suas roças, tendo sido encontradas ali até mesmo duas tendas de ferreiro.



Hoje, os quilombos de Mato Grosso ainda continuam enfrentando as mesmas problemáticas em relação a falta de acesso às políticas públicas. Todas essas comunidades se encontram identificadas e reconhecidas pela Fundação Palmares, mas nenhuma delas possuem título definitivo da terra. Conjuntamente, amargam a falta de acesso às políticas públicas básicas, configurando um retrato amargo e desrespeitoso para com uma importante parcela da população mato-grossense.

EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS QUILOMBOS

Sobre a questão educacional, muitas lideranças quilombolas têm denunciado a falta de escolas em vários quilombos, bem como estruturas escolares inadequadas, além da baixa qualificação dos profissionais, problemas com transporte escolar e currículos inadequados.

Sobre a questão da educação um dos quilombos localizado no município de Nossa Senhora do Livramento, o INCRA-MT (2005, p. 7), fez o seguinte registro:

As crianças que frequentam a escola municipal a qual está em precário estado de conservação, estão na faixa etária a partir do 06 anos. O acesso a escola é feito a pé com dificuldades, em função da precariedade das estradas e as grandes distâncias das residências a escola.

É ainda recente no país a discussão sobre a necessidade e a especificidade de uma educação escolar quilombola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola, publicadas em 2012, reafirmam a importância de que a educação escolar nessas comunidades leve em conta a necessidade de reafirmação da identidade e da história quilombola. São frequentes as denúncias que crianças e jovens dessas comunidades são discriminados, tendo negada sua história, o que provoca processos de evasão e repetência escolar. Entretanto, em Mato Grosso, a discussão sobre a importância da educação escolar quilombola surgiu de forma mais sistematizada no ano de 2007, no Primeiro Seminário sobre Educação em Território Quilombola, promovido pela equipe da Gerência de Educação e Diversidade da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso – Seduc/MT. Na ocasião, foram feitas algumas reivindicações relativas às necessidades estruturais das escolas quilombolas, além da



discussão de alguns elementos importantes para a construção de nortes para a Educação Escolar Quilombola no Estado.

Cabe observar que, somente a partir da organização dessa equipe pedagógica de trabalho na Seduc-MT, foi dado início à implementação de uma política educacional específica para a educação escolar quilombola, parte dela está refletida, principalmente, na organização das Orientações Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, publicada em 2010, antecedendo as próprias DCN's para essa modalidade escolar¹². É importante mencionar que a equipe

Sabe-se que tal perspectiva educativa está em processo de implantação nas escolas quilombolas pertencentes à rede Estadual de Educação em Mato Grosso. São elas:

1. Escola Estadual José Mariano Bento - Comunidade São José do Baixo/ Município de Barra do Bugres
2. Escola Estadual Reunidas da Cachoeira Rica - Comunidade Itambé/ Município: Chapada dos Guimarães
3. Escola Estadual Verena Leite de Brito - Comunidade Cor é Bela/ Município Vila Bela da Santíssima Trindade
4. Escola Estadual Tereza Conceição Arruda - Comunidade Quilombo de Mata Cavalo de Baixo/ Nossa Senhora do Livramento
5. Escola Estadual Maria de Arruda Müller - Comunidade Abolição/ Município Santo Antônio do Leverger

Grande parcela das escolas quilombolas está vinculada às redes municipais, em sua maioria, não contando com currículo escolar organizado dentro da perspectiva quilombola, considerando as Orientações Curriculares para essa modalidade de ensino.

Ainda são poucas os dados sobre essas escolas . Numericamente, o município de Poconé concentra o maior número de comunidades e escolas quilombolas:

Quadro 4. Situação das Escolas das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso

Comunidade Quilombola	Nome da Escola
01 Aranha	E.M. Antônio Pedroso de Barros
02 Campina de Pedra	E.M. Benedito Mendes Gonçalves
03 Canto do Agostinho	E.M. Francisco Martins da Silva

¹² Uma das autoras deste artigo, Profa. Angela Maria dos Santos, como Gerente de Diversidade da Seduc, liderou o processo de implementação da educação escolar quilombola em Mato Grosso.



04	Capão Verde	E.M. Sanches Infante de Portugal
05	Jejum	E.M. Vicente Emilio Vuolo
06	Laranjal	E.M. Catarino José da Silva
07	Morrinho	E.M. de Morrinho
08	Rodeio Bom Jesus	E.M. de Rodeio Bom Jesus
09	Tanque do Padre	E.M. Benedito Leite de França
10	São Benedito	E.M. Antônio Maria de Almeida
11	Chumbo	E.M. N. Sr ^a Aparecida
12	Chumbo	Creche Municipal Vovó Teófila

Fonte: Informações fornecidas pelas professoras quilombolas integrantes do curso de Formação ofertado pelo NEPRE -2015.

A questão importante na abordagem sobre a especificidade da Educação Escolar Quilombola está centrada na formação continuada para professores quilombolas e/ou aqueles que atuam em escolas quilombolas, sendo que o grande desafio é o de refletir sobre a realidade das escolas quilombolas e a formação de seus docentes, na busca de contribuir para a formação da identidade desse profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. *Comunicação e Cultura: práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé-MT*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRASIL. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico de 2000*. Características da População e dos Domicílios Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>

_____. Ministério da Saúde. *Portaria nº 90*. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0090_22_01_2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Relatório Preliminar das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso*. Brasília: MMA, 2007. Disponível em: <http://villiseilert.blogspot.com.br/2010/04/quilombola-em-mato-grosso-levantamento.html>. Acesso em 10/12/2015.

_____. Ministério Público Federal. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/inercia-nenhum-territorio-quilombola-esta-regularizado-em-mato-grosso



_____. Presidência da República. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília/DF, 2003, p.01

_____. *Relatório do GT População Quilombola*, Conselho Nacional de Assistência Social – do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2007 <<http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/arquivos/relatorio-gt-populacao-quilombola.pdf/view>>. Acesso em 29/11/2015.

CARVALHO, José Jorge de. *Quilombos: Símbolos de luta pela terra e pela liberdade*. Revista Cultura Vozes. São Paulo, nº 5, 1997.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) 2004-2015*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/> Acesso em 15/12/2015.

_____. *Portaria nº 98/2007*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Anexo-04-Portaria-FCP-n%C2%B098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>. Acesso em 10/12/2015.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2015.

LARCHERT, Jeanes Martins. *Epistemologia da resistência quilombola em diálogo com o currículo escolar*. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt21_trabalhos_pdfs/gt21_3099_texto.pdf. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Acesso: 10/12/2015.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. Quilombos, cabixis e caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. *Anais... 25ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA)*, GT 48, Goiânia, junho de 2006. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Fatima.pdf.

MARTENDAL, Rosana Manfrinate. *Histórias femininas: poder, resistência e educação no quilombo de Mata Cavallo*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MATO GROSSO, INCRA. *Relatório* 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

_____. Seduc-MT. *Primeiro Seminário sobre Educação em Território Quilombola*. Poconé-MT, julho de 2007. Disponível em: www.seduc.mt.gov.br.

MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

MOURA, Antônio Eustáquio de. *Quilombo Mata Cavallo, a Fênix negra Mato-Grossense: etnicidade e luta pela terra no Estado de Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

REIS, João José dos. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Povo Negro: Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dezembro/fevereiro 95/96.

SANTOS, Ângela Maria; SILVA, João Bosco da. (Orgs.) *História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso*. Cuiabá-MT: Seduc/MT, 2008.



_____. Educação Escolar Quilombola: construindo uma especificidade educativa. In: SANTOS, Angela Maria dos; SILVA, João Bosco da (Orgs.). *Educação em Diálogos com a Diversidade*. Cuiabá: KCM, 2010.

SILVA, Acildo Leite da. *A Civilização pelas águas e a Gente de Cor: Urbanidade e relações educativas na vila-capital da capitania de Mato Grosso (1752 – 1835)*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016